

CONTRATO Nº. 011/CEGÁS/2020
PROCESSO SCDOC Nº 6078/2020

CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E A AFONSO CELSO PEREIRA CAVALCANTE FILHO - ME (nome de fantasia ABRAHAM PRODUÇÕES, COMUNICAÇÕES E ENTRETENIMENTO), PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na avenida Washington Soares, nº 6475 – Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** ora **PATROCINADOR**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº.628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a **AFONSO CELSO PEREIRA CAVALCANTE FILHO-ME (nome de fantasia ABRAHAM PRODUÇÕES, COMUNICAÇÕES E ENTRETENIMENTO)** com sede na Rua João Cordeiro Nº 1588, bairro Centro, CEP:60.110-300, Fone: (85) 99969-1212 inscrita no CNPJ sob nº 10.014.464/0001-00, neste ato, representada pelo(a) **Empresário Afonso Celso Pereira Cavalcante Filho**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade de nº 94002582927, inscrito no CPF/MF sob o nº 620.307.953-72, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, doravante designada simplesmente **CONTRATADO(A)** ora **PATROCINADO(A)**, **RESOLVEM** celebrar este contrato, em conformidade com as disposições contidas no processo administrativo, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1. O presente Contrato tem como fundamento o Art. 27, § 3º da Lei 13.303/2016, Art. 26, inciso II, §§ 1º e 2º e Art. 29 da Lei 8.313/1991, independente de transcrição, e na Proposta Administrativa de Patrocínio, que constitui parte integrante e complementar deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato o Patrocínio ao projeto **“Festival do Cinema Infantil”**, realizado no período de junho a agosto de 2020, conforme especificações constantes no processo administrativo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. O patrocínio é firmado no valor, fixo e irrevogável, de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), destinado exclusivamente aos fins previstos na cláusula segunda deste instrumento, e será repassado mediante crédito em conta corrente a ser formalmente indicada pelo(a) **PATROCINADO(A)**.

3.2. O desembolso do valor ajustado na presente cláusula será originado de recursos próprios da CEGÁS.



3.3. A liberação dos recursos dar-se-á mediante crédito em conta corrente de titularidade do proponente contemplado, mediante o atendimento das seguintes exigências:

- a) Assinatura do presente contrato por ambas as partes;
- b) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS e certidão de falência do(a) PATROCINADO(A), e da certidão negativa de débitos de tributos federais do(a) representante legal.

3.4. É vedado ao (à) PATROCINADO(A) promover aplicação financeira dos recursos de que trata esta Cláusula, os quais devem ser integralmente revertidos para o cumprimento do objeto do presente Contrato de Patrocínio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PERÍODO VIGÊNCIA E DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

4.1. O prazo de **vigência** contratual é de **12 (doze) meses** contado a partir da data da celebração deste instrumento contratual, e o prazo de **execução** é de **junho a agosto de 2020**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O PATROCINADO apresentará ao PATROCINADOR o Recibo de demonstrativo da realização do objeto contratual, juntamente com o relatório de todo o material promocional e de divulgação do evento.

5.2. O PATROCINADOR realizará o pagamento através de depósito bancário do valor do patrocínio na **agência bancária nº 3302-2, conta corrente nº 81.406-7 do Banco do Brasil**, em favor da CONTRATADA, após a apresentação do documento citado no item 5.1., deste contrato.

5.3. Crédito em conta corrente, em duas parcelas, nas seguintes condições: sendo 50%(cinquenta por cento) pagos na contratação e 50%(cinquenta por cento) na segunda parcela, após a apresentação da prestação de contas final.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Recursos próprios oriundos do orçamento da CEGÁS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. O PATROCINADO obriga-se a:

7.1.1. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADOR.

7.1.2. Em contrapartida, o (a) **PATROCINADO(A)** se compromete a garantir ao **PATROCINADOR**, durante o período de realização do projeto, o seguinte:

- Distribuir cartazes nas escolas nos municípios contemplados, serão confeccionados 1.000 cartazes, distribuir flyers com informações do evento (serão confeccionados 25.000 flyers), distribuição da programação do festival (serão confeccionados 1.000 folders com a programação do festival).
- - Cada exibição terá o projeto de comunicação visual com lonas de impressão e adesivação do festival e a CEGÁS terá destaque na marca no festival

- - Durante a pré-produção e a produção serão confeccionados vídeos de chamadas para o festival e publicações nas redes sociais "Instagram e Facebook".
- - Haverá impulsionamento nas redes sociais e publicações de grupos no Facebook com mais de 100.000 participantes.
- - Criação de spot de rádio para divulgação do festival (Serão 25.000 chamadas durante o festival nas rádios).
- - Todo material publicitário do festival terá a marca da CEGÁS.
- - O lançamento do projeto será realizado no auditório da CEGÁS com exibição de filmes infantis para as crianças da comunidade próxima e para os alunos das escolas públicas.

7.1.3. Apresentar relatório com todo o material promocional e de divulgação do evento para ciência e aprovação da CEGÁS e recibo de demonstrativo da realização do objeto contratual para prestação de contas.

7.1.4. Responsabilizar-se por todas as ações necessárias à boa execução do evento/projeto;

7.1.5. Prestar contas, no prazo e na forma estabelecidas na Cláusula Oitava;

7.1.6. Fornecer registros comprobatórios da realização do objeto deste contrato de Patrocínio, em até 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, quando requerido pelo PATROCINADOR, sem prejuízos da comprovação exigida a título de prestação de contas (Cláusula Oitava);

7.1.7. Responder por eventuais ações judiciais ajuizadas por terceiros em decorrência de violações de direitos autorais ou de imagem, de veiculação de informações inconsistentes ou fornecidas indevidamente, de quaisquer pleitos de sócios, dirigentes ou funcionários da Patrocinada, bem como requer a exclusão do Patrocinador dos processos e arcar com quaisquer valores a que este seja eventualmente condenado em virtude de tais demandas;

7.1.8. Obter o prévio e expresso consentimento do PATROCINADOR para eventual publicidade de quaisquer relatórios, ilustrações ou detalhes relacionados ao objeto do instrumento específico de contratação.

7.2. O PATROCINADOR obriga-se a:

7.2.1. Efetuar o depósito referente ao patrocínio do objeto contratual, nos termos da Cláusula Quinta deste termo;

7.2.2. Fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato, exigindo que o mesmo seja prestado dentro de elevado padrão de qualidade; e

7.2.3. Não ceder ou transferir os direitos oriundos deste contrato a terceiros, sem a autorização expressa e por escrito do PATROCINADOR.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. O PATROCINADO(A), no prazo de 40 (quarenta) dias da realização do projeto, deverá apresentar ao PATROCINADOR a comprovação da realização da iniciativa patrocinada e das contrapartidas previstas na Cláusula Sexta deste contrato. Tal constatação pode ser representada pelos meios abaixo, conforme o caso:

- a) Exemplos de peças gráficas;
- b) Arquivo eletrônico (DVD, CD, PENDRIVE);
- c) Trecho de registro audiovisual do evento;
- d) Prints de site, jornais, redes sociais ou releases na imprensa demonstrando citações ao nome da CEGÁS;
- e) Fotografias que contenham as contrapartidas de imagem (logo) em objetos físicos, gráficos, peças ou espaços utilizados pela CEGÁS;
- f) Exemplos de notas fiscais, faturas ou recibos de serviços usados pela entidade.

8.2. A CEGÁS se reserva o direito de aceitar outras formas de comprovação de execução das contrapartidas, diferentes das previstas nesta Cláusula, desde que aprovadas pelo Gestor ou Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A CEGÁS exercerá a Fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratual através do Assessor de Comunicação e Marketing, como Gerente do Contrato e o Técnico de Processos Organizacionais Rafael Barbosa Vasconcelos, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para esse fim e visando o seu exclusivo interesse, sem prejuízo, redução ou exclusão da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros

9.2. O PATROCINADO é responsável pela condução do projeto objeto deste patrocínio e o orientador ou executor das ações que objetivam a completa execução do objeto ora patrocinado;

9.3. O PATROCINADO reconhece o direito de o PATROCINADOR fiscalizar a qualquer tempo, através dos representantes acima citados, a execução do projeto ora patrocinado, estando autorizados, desde a assinatura do presente instrumento, a fiscalização local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade;

9.3.1 Compete ao representante do PATROCINADO manter perfeito e permanente intercâmbio de informações com o PATROCINADOR sobre a execução das atividades atinentes a este Contrato de Patrocínio;

9.3.2. Decorrente da fiscalização exercida pelo(s) representante(s) do PATROCINADOR, este poderá, quando julgar conveniente, reorientar ações e acatar, ou não, as justificativas relacionadas a qualquer alteração porventura dada ao projeto;

9.3.3. A faculdade referida no subitem anterior não afasta e nem isenta o PATROCINADO da responsabilidade de atuar para o cumprimento do projeto, possuindo autonomia para a prática de atos lícitos na busca do resultado final da obrigação que ajusta neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. O PATROCINADO assume, exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes do evento/projeto ora patrocinado;

10.2. O PATROCINADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) PATROCINADO(A) com terceiros, nem lhe serão atribuídos quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, cujas responsabilidades caberão exclusivamente ao PATROCINADO(A).

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

I – Advertência: Repreensão por escrito imposta ao PATROCINADO (A) por falta leve na execução do contrato;

II – Multas, estipuladas na forma do subitem 11.4., deste contrato.

III – suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CEGÁS pelo prazo de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

11.2. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 11.1, deste contrato, poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das cláusulas contratuais.

11.4. A multa aplicável será aplicada da seguinte forma:

- a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente;
- b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento) em caso de reincidência;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante;

11.5. A(s) multa(s) a que porventura o PATROCINADO(A) der causa será(ão) cobrada(s) através de documentos de cobrança, reservando-se a CEGÁS o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

11.5.1. O PATROCINADO(A) recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do PATROCINADOR. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

11.6. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução do objeto do contrato, este deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada a multa.

11.8. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pelo PATROCINADO(A) ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Contrato e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

12.2. Considera-se em mora o PATROCINADO(A), pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

12.3. Constituem motivo para a rescisão do contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- V – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) PATROCINADO(A);
- VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;
- VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a PATROCINADOR e exaradas no processo administrativo a que se refere neste contrato;
- IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do Patrocínio, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.4. A rescisão deste contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;
- III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MATRIZ DE RISCOS

13.1. Entre outros eventos identificados no caso concreto, o(a) PATROCINADO(A) suportará os efeitos econômicos e financeiros dos seguintes eventos:

I – Atraso ou lentidão na execução do projeto e nas contrapartidas;

II – Greve dos empregados do(a) PATROCINADO(A);

13.1.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no subitem 13.1, deste contrato, o(a) PATROCINADO(A) no prazo de 02 (dois) dias úteis, deverá informar a CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

e) Outras informações relevantes.

13.1.2. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao (à) PATROCINADO(A). Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o(a) PATROCINADO(A) do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

13.1.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente contrato.

13.1.4. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos no subitem 13.1, deste contrato, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo(a) PATROCINADO(A).

13.2. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

13.2.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

13.2.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

13.2.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro deste CONTRATO

13.2.4. ESTE CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção deste CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

13.2.5. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

13.2.6. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução deste CONTRATO, não previstos nesta Matriz, serão


decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO


14.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do PATROCINADOR, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.


Fortaleza-Ce., 11 de FEVEREIRO de 2020



HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



AFONSO CELSO PEREIRA CAVALCANTE FILHO
(nome de fantasia ABRAHAM PRODUÇÕES,
COMUNICAÇÕES E ENTRETENIMENTO)
Empresário
Afonso Celso Pereira Cavalcante Filho -ME

TESTEMUNHAS:

